

A GLOBALIZAÇÃO COMO DESAFIO ÉTICO INSTITUCIONAL (GLOBALIZATION AS INSTITUTIONAL ETHICAL CHALLENGE)

GÜNTHER MALUSCHKE¹

RESUMO

Este artigo aborda o tema das mudanças tecnológicas, sociais, políticas, jurídicas, financeiras e das ameaças do ecossistema associadas à chamada "globalização", que, por sua vez, está sendo apresentada como um fenômeno pluridimensional. Um dos maiores problemas da globalização parece ser o processo de extrema destradicionalização, substituindo atitudes e valores tradicionais por comportamentos e valores pós-tradicionais cujo conteúdo é extremamente ambivalente.

Em contraposição às proclamações de uma nova ética individual, que, na verdade, são completamente irrealistas, defende-se aqui a idéia da urgência de reinventar uma ética institucional que determina certas condições objetivas dos atos individuais pelo encorajamento de incentivos específicos e pela consolidação de condições de reciprocidade das vantagens e dos interesses de todos os participantes no intercâmbio social e comercial.

Devido à pluralização, fragmentação e até destruição das convicções éticas tradicionais, a própria globalização dificulta muito qualquer projeto de reinvenção de ética institucional. Todavia, os esforços nesta direção são imprescindíveis, porque são o único meio para conjurar os perigos inerentes à globalização. Essa tese será confirmada pela análise do fenômeno assustador do atual aumento da criminalidade juvenil no mundo inteiro.

Palavras-chave: pluralismo jurídico – destradicionalização – perigos globais – ética institucional – incentivos objetivos do agir.

ABSTRACT

This article deals with the technological, social, political, legal, financial transformations and the dangers threatening the whole ecological system associated to the so-called "globalization", which, for its part, is described as a pluridimensional phenomenon. One of the major problems of globalization seems to be the process of extreme detraditionalization, substituting traditional attitudes and values by posttraditional conducts and values which, in regard to their contents, are extremely ambivalent.

In opposition to the proclamations of a new individual morality which, in fact, are totally unrealistic, we will defend the idea that what is really needed is the reinvention of an institutional morality, which determines certain objective conditions of individual actions by encouraging specific incentives and consolidating conditions of reciprocity of the advantages and interests of all the participants of the social and commercial relations.

On account of the pluralization, fragmentation and even destruction of the traditional ethical convictions, globalization itself complicates the project of reinventing institutional ethics. Nevertheless the efforts in this direction are necessary, for they are the only instrument to limit the dangers inherent to globalization. This thesis will be confirmed by an analysis of the alarming phenomenon of the actual increase of juvenile criminality all over the world.

Key-words: legal pluralism – detraditionalization – global dangers – institutional morality – objective incentives of action.

¹Universidade de Tübingen-Alemanha

O CONCEITO DE GLOBALIZAÇÃO E O SEU USO IDEOLÓGICO

Hoje em dia, globalização é um termo em voga, usado por todas as mídias e evocativo de inúmeras associações. Para fins científicos surge, nesta situação, a necessidade de submeter o uso da palavra a regras mais adequadas.

Temos de lembrar, em primeiro lugar, que a globalização é um fenômeno que acompanha a humanidade há séculos. De certa maneira, ela poderia ser considerada até mesmo como um elemento normal de qualquer sociedade humana. A globalização não é nada mais do que a expansão da ação e da informação além das fronteiras até agora vigentes do mundo da vida das pessoas, e a descoberta de novos mundos, assim como a influência recíproca entre esses mundos. Segundo Markus Lusser (presidente do diretório do Banco Nacional da Suíça), um membro de uma tribo papua, Nova Guiné, que nunca teve contatos com o mundo fora da sua aldeia experimenta a descoberta da existência de outros seres humanos na sua vizinhança como fenômeno de globalização.¹⁾

O encontro entre mundos bem diferentes, p.e. entre culturas e sistemas de economia localizados em várias regiões deste planeta, pode gerar benefícios para uns e prejuízos para outros e, por conseguinte, causar amizade do lado dos beneficiados e hostilidade do lado dos prejudicados. A globalização pode redundar tanto em fortes incentivos de inovação cultural e industrial quanto em perigos para as formas tradicionais de uma cultura ou indústria específica.

Nos séculos III e II a.C., os habitantes do Norte da África viveram o colapso da produção da cerâmica local como conseqüência da ocupação pelos romanos. Roma, que se tornara grande potência marítima, baixou os preços dos transportes e a Campânia, centro da cerâmica na Itália, conseguiu baixar também os custos de produção. A isto, os produtores norte-africanos nada podiam opor e simplesmente desapareceram do mercado: perdedores da globalização no mundo antigo. O homem da Renascença percebeu de repente que as descobertas de ouro e prata no Novo Mundo, do outro lado do Oceano, diminuíam o valor de seu dinheiro: outro exemplo do efeito da globalização.²⁾

Anthony Giddens definiu "globalização" como "intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância, e vice-versa".³⁾ Não podemos esquecer de mencionar um fator de globalização muito importante na história: a missão cristã espalhando o cristianismo e, com isso, costumes, isto é, ritos e atitudes morais, no mundo inteiro: os perdedores foram, em geral, as religiões e culturas autóctones.

A globalização com que nós nos defrontamos hoje, resultado de grandes mudanças tecnológicas, de indústrias inovadoras, assim como da queda do comunismo no Leste europeu, tem características bem diferentes das de antes: ela é mais extensa, mais intensa e transcorre muito mais rapidamente. Essas novas qualidades devem-se a meios de transporte cada vez mais numerosos, seguros, rápidos e baratos, possibilitando assim contatos freqüentes e intensos entre membros de culturas distintas. Na economia e no comércio, cujas tendências globalizantes são o tema principal das mídias, acrescentam-se ainda as medidas de liberalização e desregulação do comércio mundial, e de revitalização da competição entre as várias economias nacionais. Apesar da persistência de decisões protecionistas (dificultando a importação de certas mercadorias estrangeiras), pode-se perceber uma predominância das tendências de liberalização do comércio mundial, de modo que alguns analistas já estão prevendo o fim das economias nacionais, dando lugar a uma economia totalmente globalizada, isto é, mundial.

São, porém, previsões precipitadas. Na verdade, a globalização é um processo em andamento que muito provavelmente não acabará nem nos próximos tempos nem tampouco dentro de um futuro muito distante da história humana; isto porque esse processo gera sempre novas fragmentações, conflitos e forças adversárias e antagônicas.

Os ingleses Paul Hirst e Graham Thompson, baseados em análises de dados muito ricos, mostraram que a idéia de uma economia realmente globalizada é um mito. Eles defendem as seguintes teses: 1. A atual economia fortemente internacionalizada não é sem modelo anterior. Pelo contrário, em vários aspectos ela é — segundo esses autores — menos integrada e aberta do que o sistema de economia internacional entre 1870 e 1914. 2. As empresas transnacionais que realizam suas operações comerciais totalmente sem pés em alguma localidade nacional são extremamente raras e não podem ser consideradas como forças que determinam a economia mundial. 3. A atual mobilidade do capital não efetua nenhuma transferência maciça de capital e investimento dos países industrialmente desenvolvidos aos países subdesenvolvidos. Os investimentos diretos concentram-se ainda na direção dos países industriais mais desenvolvidos; o chamado terceiro mundo fica ainda marginalizado — abstraindo de uma minoria de novos países industriais. 4. Como anteriormente, as importantes transações de comércio, investimento e finanças ocorrem entre os pólos da tríade EUA, Europa e Japão. 5. Disso se deduz que os mercados globalizados não funcionam fora de qualquer regulamentação e controle. Os três grandes blocos econômicos são capazes de exercer o papel de uma liderança efetiva, contanto que coordenem suas políticas.⁴⁾

Quando uma palavra se torna metáfora mágica a serviço das mais variadas concepções ideológicas, como está ocorrendo hoje com a palavra “globalização”, tal análise imparcial, fria e realista é saudável. Todavia, a última conclusão dos autores dá o que pensar. Mesmo a partir dessa análise e argumentação crítica e realista, fica claro que um dos efeitos da nova globalização é um enfraquecimento da soberania dos Estados nacionais, que, para não perderem todo o controle sobre a economia, vêem-se obrigados a se organizar em blocos e articular suas opções mediante negociações com outros Estados e através de blocos de aliança e instituições internacionais. Os Estados nacionais dos países industriais — que, na sua função de Estado de Direito Liberal, eram associações ordenadoras e, na sua função de Estado de Direito Social, associações reguladoras — enfrentam hoje uma crise em ambas as funções, na medida em que a interdependência dos Estados devido à presente globalização influencia não somente a essência e o espaço de ação das políticas públicas internas de cada Estado, mas afeta também sua soberania legislativa, pois no âmbito do comércio internacional expande-se com muita rapidez um direito mercatório paralelo ao dos Estados, oriundo das múltiplas negociações entre os grandes grupos empresariais que fazem o seu jogo dentro de um verdadeiro pluralismo jurídico.⁵⁾ Nesta situação, os Estados têm que redefinir suas tarefas. Em vez de serem associações ordenadoras ou reguladoras, eles passam a exercer o papel de arbitragem e moderação no jogo social e nas negociações internacionais.

Como a globalização que estamos vivendo é um processo em andamento, qualquer descrição pode ser considerada apenas como o instantâneo de uma fotografia cuja atualidade envelhece muito rapidamente, e evitar enunciados ideológicos é oportuno para quem não quiser se ver refutado brevemente pela realidade. Ninguém conhece o destino da viagem. Para não ultrapassar os limites da honestidade intelectual, temos de nos contentar com a análise das condições tecnológicas e institucionais dos fenômenos da globalização, assim como das manifestações de suas tendências mais fortes.

A globalização de nosso século é o resultado de uma longa evolução civilizatória, que consiste na conquista cada vez mais perfeita de todo o espaço da terra. Não há mais nenhum espaço desconhecido em nosso globo; não se pode mais descobrir nenhum continente ou ilha desconhecidos. Além disso, podemos constatar uma expansão e condensação das redes de transporte — linhas férreas, redes rodoviárias, redes de navegação, redes de tráfego aéreo e — independentemente disso — das redes de comunicação. Antigamente, as redes de comunicação dependiam das redes de transporte: a carta se transportava pela diligência, pela ferrovia, pelo

navio ou, finalmente, pelo avião. Hoje em dia, as redes de telecomunicação são totalmente separadas das redes de transporte, assim possibilitando a simultaneidade da emissão e do recebimento dos dados, bem como a simultaneidade global das informações e notícias garantida pelos vários serviços mundiais de comunicação.⁶⁾

As novas tecnologias de comunicação revolucionaram os processos de produção em diversas áreas da indústria e, em consequência disso, transformou-se também o mercado de trabalho. Devido à informatização, a mão-de-obra se vende mais dificilmente e fica cada vez mais barata; estão se tornando supérfluas certas profissões e surgindo novos tipos de profissão e indústria. Como demonstrou Lester Thurow,⁷⁾ a fonte principal de produtividade é hoje em dia o poder do cérebro humano: o saber profissional altamente qualificado e a capacidade de inovação tecnológica, e, em contraposição a isto, o valor da matéria-prima e da mão-de-obra vêm se reduzindo. Como as novas profissões criadas pelas tecnologias de ponta exigem especialização e qualificação de alto nível, aumenta mais e mais a marginalização dos trabalhadores não qualificados. Os mercados globalizados geram uma riqueza mundial de ordem de grandeza até agora desconhecida e, ao mesmo tempo, aumenta a desigualdade entre continentes e países ricos e pobres, assim como entre classes sociais ricas e pobres, em qualquer parte do mundo. A desnacionalização da economia, dos mercados financeiros e da produção industrial obriga os governos nacionais — preocupados com a capacidade de competição internacional de suas economias locais — a conformar-se com o crescente desemprego, que está a ponto de se tornar estrutural, e com a marginalização de uma minoria de pessoas não socialmente integradas, cujo número está aumentando cada vez mais.

As tendências de desnacionalização das grandes empresas industriais são óbvias. A Siemens já declarou publicamente que não se considera mais como empresa alemã, mas sim multinacional. Ela transferiu grande parte da produção para países onde os custos de produção são mais baixos e a carga fiscal menor, e, de fato, já não paga mais impostos na Alemanha, porque só a produção de uma empresa dentro do país está sujeita à tributação. A Mercedes, maior empresa na Alemanha, procede da mesma maneira e também declarou que, a partir do ano de 1998, não estará mais sujeita à tributação alemã. Hirst e Thompson têm razão com a afirmação de que os investimentos financeiros ainda se concentram na direção dos países industriais mais desenvolvidos, mas em vários países altamente industrializados, inclusive na Alemanha, a taxa de investimento está caindo, pois as indústrias, visando diminuir os custos de produção, começam a investir mais e mais nos mercados de trabalho mais baratos por toda parte do mundo.

Com vista à internacionalização dos mercados financeiros, de capitais e de trabalho, os Estados são cada vez menos capazes de controlar as economias nacionais e cumprir suas tarefas sociais. Os ganhadores da globalização — os chamados “global players”, isto é, banqueiros, advogados, engenheiros, especialistas em informática e administradores altamente qualificados no setor produtivo das indústrias de última geração — começam a desenvolver atitudes e hábitos cosmopolitas, em detrimento da responsabilidade patriótica pelos bens públicos de seus países de origem; os perdedores, de outro lado, os operários pouco qualificados e ameaçados pelo desemprego, começam a adotar comportamentos de um nacionalismo extremado, que inclui até mesmo xenofobia e, de vez em quando, comportamentos neofascistas. Existe o perigo de que o sentimento de cidadania seja sufocado entre esses extremos.⁸⁾

No que concerne às últimas observações, trata-se de tendências que, na maioria dos países industriais, felizmente ainda não são muito fortes. Não obstante, a relevância da análise dessas tendências consiste na conscientização de um declínio das atitudes e dos valores tradicionais e de sua substituição por comportamentos e valores pós-tradicionais, cujos conteúdos são muito ambivalentes e ainda não bem definidos.

Nos debates entre intelectuais e pseudo-intelectuais, a palavra “globalização” acende e alimenta as paixões ideológicas. De um lado, os neoliberais dogmáticos e entusiasmados, esperando, através de desregulamentações e da demolição de todas as fronteiras, o início de uma era de riqueza globalizada que beneficie a humanidade inteira ou, pelo menos, sua parte inteligente e trabalhadora — e, nesse elitismo, insinua-se uma boa dose de cinismo. De outro lado, os profetas de um novo totalitarismo, onde o capital e os mercados financeiros determinam quase todas as condições de vida das pessoas. E, finalmente, os tradicionalistas fanáticos (fundamentalistas), que se esforçam por restaurar e manter as instituições do passado, e para os quais todas as inovações e tudo o que vem de fora são presentes do diabo, do que se deduz o imperativo de se fecharem contra todas as novidades que se encontram nos mercados globalizados.

De um lado, euforia; de outro, paranóia. O tema da globalização serve para reanimar e defender as velhas ideologias, a saber, o liberalismo extremado, as teorias anticapitalistas e as ideologias fundamentalistas. Esse uso ideológico do termo “globalização”, porém, é uma fuga do esforço de pensar, ou seja, é a substituição do pensamento por idéias dogmáticas, que acabam por se tornar fórmulas banais.

No que diz respeito ao receio de um novo tipo de totalitarismo baseado na tecnologia avançada da informática, não é difícil fazer valer argumentos contra

essa opinião. As novas tecnologias de informação não fortalecem os sistemas totalitários; pelo contrário, contra esses sistemas elas exercem funções de decomposição e abrem o campo da liberdade. Contra a transposição não desejada de fronteiras, os sistemas totalitários podem ser impermeabilizados de maneira muito mais eficiente através de muros e obstáculos de arame farpado do que contra ondas eletrônicas que circulam livremente na ionosfera. O progresso tecnológico dificulta a salvaguarda totalitária do monopólio da informação. Foi a perda da credibilidade da propaganda dos governos da antiga República Alemã, da antiga Checoslováquia, da Hungria e da Romênia que acelerou o declínio daqueles sistemas socialistas. Além disso, podemos constatar que o poder totalitário baseado em instrumentos tecnológicos de alto nível moderno pressupõe ilhas de competência onde se pratique uma certa liberdade de pesquisa científica e de comunicação. As sociedades industriais necessitam, mesmo em condições totalitárias, de especialistas aos quais tem que ser concedido um acesso relativamente livre às fontes do saber, incluindo o privilégio de estudos no estrangeiro, de modo que esses indivíduos inevitavelmente adquirem conhecimentos que contestam a ideologia dominante no seu país de origem. O progresso científico-tecnológico diminui as possibilidades de controle total das convicções e da consciência das pessoas.⁹⁾

Assim como os primeiros passos da globalização das informações pelas mídias eletrônicas contribuíram para derrubar os sistemas socialistas no Leste europeu, do mesmo modo um globo altamente informatizado representa, com certeza, um conjunto de condições que, a longo prazo, são muito mais propícias à organização de sociedades liberais e democráticas do que de sistemas totalitários baseados no dogma apodítico de uma verdade ideológica.

Fica muito difícil imaginar que o próprio processo de globalização possa se transformar em mecanismo de um sistema totalitário. O que não podemos excluir, porém, é a possibilidade de que as tendências totalitárias incluídas nas várias formas de fundamentalismo possam ser provocadas pelos efeitos da globalização dos mercados. Mas o fundamento originário de tal forma de totalitarismo não seria mais a globalização, mas sim a própria ideologia fundamentalista.

Os riscos de conflitos entre economia globalizada e ideologias fundamentalistas escapam à competência de uma análise racional. No que diz respeito à globalização e ao processo de destradicionalização por ela iniciado, os riscos e perigos intrínsecos consistem não no dogmatismo totalitário, mas no excesso de liberdades, o qual, por sua vez, é irmão gêmeo das falhas estruturais das instituições tradicionais de controle. Já foram mencionados os perigos daí decorrentes: aumen-

to da desigualdade entre ricos e pobres, sejam eles continentes e países ou classes sociais dentro de uma determinada sociedade; marginalização de uma crescente minoria de pessoas; substituição de atitudes éticas e valores tradicionais por comportamentos e valores pós-tradicionais, cujo conteúdo é extremamente ambivalente; redução do poder dos governos nacionais em relação ao controle fiscal das economias sociais e ao cumprimento de suas tarefas sociais.

Ultrapassando a perspectiva econômica, podemos perceber ainda outra dimensão da globalização: a sociedade industrial vive com riscos e perigos globais auto-produzidos: riscos e perigos esses resultantes do funcionamento normal da indústria: poluição dos mares e rios, buraco ozônico, morte de espécies da flora e fauna, riscos da indústria atômica, em última instância não calculáveis: uma catástrofe ultrapassa todas as fronteiras nacionais (exemplo: acidente em Chernobil).

Para conceituar esse tipo de riscos e perigos, Ulrich Beck criou o conceito de “sociedade mundial de riscos”.¹⁰ Trata-se de riscos e perigos em relação aos quais as atuais instituições de controle e de decisão fracassam sistematicamente, tratando-os como se eles fossem controláveis e padronizando critérios de qualidade e segurança técnicas. Como várias técnicas e falhas humanas não permitem controle absoluto, a dimensão global dos novos perigos escapa aos mecanismos tradicionais de controle que, em caso de acidentes e falhas humanas, geralmente oferecem procedimentos de indenização. Contudo, as regras de indenização, imputação e responsabilidade não são aplicáveis a esses perigos globais que, por isso, estão sendo percebidos como perigos anônimos. A padronização de critérios de segurança técnica é, neste domínio e em última análise, um paliativo. Beck chama as tentativas de lidar com esses perigos através de rotinas tradicionais de “irresponsabilidade organizada”.¹¹ A inadequação dessas medidas institucionais em relação aos perigos de dimensão global é na verdade sintoma de uma crise institucional em grande escala.

REFLEXÕES ACERCA DE UMA ÉTICA NA ECONOMIA GLOBALIZADA

Quase todas as situações de profundas mudanças sociais são caracterizadas por uma grande procura de orientação prática. A este respeito, hoje em dia no mundo inteiro se fala de uma “crise de ética”. Será que os especialistas em ética, geralmente filósofos, são capazes de oferecer orientações para lidar com os problemas oriundos da globalização?

Segundo uma idéia amplamente divulgada, ética se define como uma teoria de princípios comportamentais de validade *a priori*, isto é, incondicional, de

modo que funcionam como fonte de normas válidas atinentes a qualquer problema, em qualquer situação. Parece que uma reflexão ética baseada em princípios desse tipo vai também, de modo parecido com as ideologias fundamentalistas, substituir o pensamento e a análise profunda por fórmulas globais, que são inadequadas à resolução dos problemas atuais.

Há outros tipos de ética menos conhecidos e com pretensões epistemológicas muito mais modestas, e existe até mesmo um tipo de ética totalmente não-cognitivista, que defende a tese de que os princípios éticos não são objeto de um conhecimento objetivo, mas simplesmente de uma decisão pessoal e subjetiva.¹² Seria possível analisar os vários tipos de ética e discutir os seus méritos respectivos para escolher o mais adequado ao nosso objetivo. Mas quero abordar uma outra questão: será que o problema da “ética na economia globalizada” é realmente um problema cuja solução necessita exclusivamente da competência dos especialistas em ética, a saber, dos filósofos? Quero defender a tese de que precisa-se também, e provavelmente em primeiro lugar, da competência dos especialistas em ciências sociais. Não é a falta de moralidade individual que atualiza os perigos latentes da globalização; o que está faltando é uma ética institucional: estamos carecendo da sua reinvenção.

Uma moralidade individual se refere diretamente aos atos dos indivíduos. Uma ética desse tipo, sobretudo quando defende princípios rígidos, exige muitos sacrifícios pessoais dos indivíduos. No que diz respeito aos mercados econômicos e financeiros, um raciocínio em termos da ética individual só pode aplicar-se a empresas econômicas e financeiras como se fossem pessoas físicas. Contudo, uma moralidade que custe muitos sacrifícios financeiros não pode se sustentar a longo prazo no mercado econômico, pois o comportamento ético específico de uma empresa, p.e. o cumprimento de tarefas sociais e sacrifícios em prol do meio ambiente — desde que se trate de deveres não institucionalmente impostos a todas as empresas — torna a empresa necessariamente vítima de exploração por outras empresas menos preocupadas com a moralidade de seus negócios. Na competição econômica, tal empresa sofre desvantagens e até mesmo pode ser eliminada do mercado. Uma atitude ética que sempre e sistematicamente exige sacrifícios, a longo prazo não pode se manter na sociedade, a não ser na base de uma regulamentação institucional dos deveres éticos válida para todas as empresas.

A questão que se coloca é a seguinte: de que maneira normas morais podem se fazer valer na sociedade, isto é, influir efetivamente nos atos das pessoas? O raciocínio aqui apresentado predetermina nossa escolha do tipo de ética: nosso objetivo não é a fundamentação de uma ética individual que se refere a

motivações e atos dos indivíduos, mas, antes, o projeto de uma ética institucional que determina certas condições objetivas dos atos individuais. Tais condições são todos os tipos de regras que permitem um controle social: regras jurídicas conseqüentemente aplicadas, regras convencionais, sanções formais e informais, etc. Essas constelações de regras e convenções servem de incentivos que influem nas decisões individuais.¹³⁾ Na economia, uma ética que não tenha o apoio das vantagens e interesses individuais e empresariais não pode perdurar.

Nosso raciocínio incorpora-se facilmente na perspectiva de uma ética utilitarista, mas se afasta da ética de cunho kantiano. Os imperativos éticos aqui defendidos não são imperativos categóricos com a pretensão de validade incontestável; são válidos condicionalmente, pois necessitam da consolidação das condições de reciprocidade na base das vantagens e dos interesses de todos os participantes no intercâmbio social e comercial. A única ética possível de se concretizar na prática da vida social, e que influi nos atos não somente de uma minoria de pessoas com convicções éticas firmemente estabelecidas, mas da maioria dos membros da sociedade, é uma ética mínima que, por sua vez, necessita de regras e controles institucionais.

Todavia, junto com Ulrich Beck, opinamos que nosso mundo determinado por processos de globalização e destradicionalização, de fato, enfrenta uma crise institucional. Como podemos, nessa situação, priorizar uma ética institucional em relação a uma ética individual? Com efeito, sob as condições da globalização, a defesa de uma nova ética institucional parece quase impossível: com a crescente pluralização, fragmentação e até mesmo destruição das convicções éticas tradicionais decorrentes da globalização, a reinvenção de uma nova ética institucional é uma tarefa extremamente difícil. Mas o desânimo diante desse projeto seria inoportuno, porque é o único meio para conjurar os perigos inerentes à globalização. Em futuro próximo, o Estado Social só será capaz de cumprir suas funções básicas, se for possível construir instâncias supranacionais apoiando-o na sua finalidade. No que diz respeito às interações nos globalizados mercados econômicos e financeiros, só instituições internacionais de coordenação, que garantam princípios básicos de reciprocidade para todos os participantes no comércio internacional, podem reduzir os perigos de exploração que, no mercado mundialmente aberto, com certeza sempre estão presentes, precisando constantemente, por conseguinte, de contramedidas. De fato, a tarefa de construir instituições desta natureza é gigantesca, mas não pode ser substituída por outro tipo de prática. Diante dos problemas da globalização, uma ética individual não tem força, pois seu impulso motivador é mínimo para a grande maioria das pessoas.

AUMENTO UNIVERSAL DA CRIMINALIDADE JUVENIL E INFANTIL ¹⁴⁾

As atuais instituições políticas e sociais foram construídas para administrar crises nacionais, e não estão equipadas de instrumentos eficazes para solucionar as crises globais, a não ser por meio de cooperação internacional, cujo êxito depende da boa vontade de parceiros estrangeiros e da coordenação de interesses extremamente heterogêneos. As crises e os problemas institucionais que estamos vivendo refletem-se numa série de crises individuais. Apesar de todas as dificuldades de identificar inequivocamente as relações específicas de causalidade entre os dois lados, é óbvio o paralelismo das patologias do sistema institucional, de um lado, e do modo de vida das pessoas, de outro. Pelo uso de categorias socioeconômicas tais como “aumento significativo de desemprego”, “crescente minoria de pessoas marginalizadas” e “mudanças rápidas no mercado de trabalho”, estamos abstraindo do destino individual e do sofrimento das pessoas envolvidas nesses processos. Na verdade, o individual enquanto tal escapa da teoretização. Mas podemos, pelo menos em termos gerais, mencionar alguns problemas: o enfraquecimento da consciência da dignidade própria das pessoas marginalizadas, a perda de autoridade real ou imaginária de um pai de família desempregado e os problemas de lealdade dentro da família daí decorrentes, o desespero de um trabalhador não qualificado diante da exclusão do mercado de trabalho. Os sofrimentos psíquicos são gigantescos, e sem a solução dos problemas estruturais o trabalho dos terapeutas é parecido com o de Sísifo.

Não posso abordar as várias dimensões desta problemática; ao invés, vou me contentar com uma rápida análise de uma das patologias mais preocupantes de nossa época: o aumento da criminalidade juvenil e infantil no mundo inteiro. As mídias nos abastecem de notícias pavorosas: em Brasília, adolescentes queimam um índio que estava dormindo no banco de uma parada de ônibus; em Jonesboro, cidade provinciana de Arkansas (EUA), dois meninos de 11 e 13 anos atiram nos professores e alunos, fazendo uma carnificina na própria escola; no Japão, os alunos se atacam mutuamente com facas nos pátios de recreio, e a Ministra de Educação faz um apelo às crianças em todo o país no sentido de não mais levarem facas para a escola; na Alemanha, um adolescente de 14 anos, ajudado por um amigo, sufoca com as próprias mãos sua avó, para roubar o dinheiro dela, e, numa aldeia idílica de Brandemburgo, um menino de 13 anos mata uma menina de 8 a pancadas com uma telha.

Não são notícias de ocorrências isoladas que mídias de comunicação sensacionalistas exageraram e puseram a correr mundo. De fato, a criminalidade de adolescentes e crianças está aumentando. Na Alemanha, o número de menores suspeitos de violência aumentou quase 170% a partir de 1984, e desde 1995, o número de autores de delitos violentos no grupo de idade menor de 14 anos, grupo de menores de responsabilidade penal, é mais elevado do que o de todos os delinquentes adultos com mais de trinta anos. Em 1996, 130.000 delinquentes infantis ocuparam a polícia na Alemanha inteira; na Alemanha ocidental, 3% dos meninos e 1,3% das meninas cometeram violências.¹⁵⁾ Os criminologistas especializados na matéria confirmam que a situação é semelhante em muitos outros países.

Mesmo para os especialistas em criminalidade juvenil e infantil oriundos das várias disciplinas — psicologia, pedagogia, criminologia —, a nova situação é enigmática; no que concerne a grande parte desses crimes, eles ainda não estão em condições de oferecer explicações em termos de causalidade. Todavia, existe um certo consenso na análise de algumas causas responsáveis pela patologia aqui descrita. Muitos pais são incapazes de proporcionar aos seus filhos uma educação adequada; isto vale, segundo estimativa de Klaus Hurrelmann (Bielefeld), para quase 15% das famílias, inclusive aquelas nas quais as crianças sofrem maus tratos físicos, abusos sexuais ou tormentos psíquicos.¹⁶⁾ Há pais profissionais que aceitam, devido à falta de tempo, a televisão como substituição de babá ou governanta, e as crianças ficam expostas a cenas de sadismo, sexo brutal, infâmia, crimes bárbaros e violência de todo gênero. Muitos atos violentos praticados por crianças e adolescentes seguem exatamente modelos de crimes bárbaros apresentados na televisão.

Acabou a crença nos efeitos benéficos de uma educação puramente antiautoritária. É um erro pensar que narrativas de crueldades e filmes de horror nada mais são do que estímulos à descarga de agressões. Tolerância excessiva com a agressão tem o efeito de reforçá-la; agressão de crianças tem de ser contida, e não alimentada por cenas de violência. Aquilo de que as crianças necessitam é de uma educação coerente¹⁷⁾ que lhes ensine a respeitar as outras pessoas e aceitar os limites indispensáveis para a convivência pacífica com elas.

Para tal educação, as estruturas de nosso mundo deixam muito a desejar. Os pesquisadores constatarem um consumo louco de vídeos de horror entre crianças e adolescentes, como se eles fossem viciados. Segundo Jo Groebel, cientista de comunicação neerlandês, a Internet fornece encenações de violência que põem na sombra tudo aquilo que conhecemos da televisão.¹⁸⁾ A globalização baseada na tecnologia avançada de comu-

nicação eletrônica nos oferece não somente instrumentos que facilitam a vida cotidiana e profissional, mas também novos desafios éticos, jurídicos e sociais.

As propostas de baixar a idade de responsabilidade penal e agravar as penas são inapropriadas, porque crianças quase não se deixam intimidar por ameaças penais; em todo caso, muito menos do que adultos. Além disso, o direito penal especial para menores na Alemanha, e também em muitos outros países, só prevê medidas educativas. No que tange a contramedidas mais ou menos promissoras, as penitenciárias para delinquentes juvenis têm de ser transformadas em estabelecimentos sociopedagógicos, equipados de um grupo bastante numeroso de pedagogos, psicólogos e trabalhadores sociais. Apesar dessas reformas serem muito caras — um preço que os governos, em vista dos cofres públicos vazios, talvez não queiram pagar —, seria um caminho na direção certa, ainda que se deva conceder que nada mais seriam do que um tratamento dos sintomas.

Como as várias formas de exposição e exigência de ética individual se perdem como apelos não atendidos, da mesma maneira as medidas corretivas sociopedagógicas parecem ser uma gota de água no oceano, se, em dimensão global, não houver as reformas institucionais urgentemente necessárias. É bem possível que, no futuro, um controle eficiente da Internet se mostre impossível. Se for assim, temos que nos preparar para viver em um mundo muito complicado e controlar, pelo menos em níveis nacional e local, os sintomas de uma patologia global. Isto é um desafio que exige todas as forças dos terapeutas das várias disciplinas competentes.

ANOTAÇÕES

- 1) Cf. Markus Lusser: “Nationale Geldpolitik zwischen Regionalisierungs- und Globalisierungstendenzen”, in: Reinhold Biskup (org.): *Globalisierung und Wettbewerb*, 2ª ed., Bern, Stuttgart, Wien: Verlag Paul Haupt, 1966, p. 183.
- 2) Loc. cit., p. 184.
- 3) Citado segundo Jürgen Habermas: “O Estado-Nação Europeu frente aos desafios da Globalização”, in: *Novos Estudos* 43, novembro de 1995, CEBRAP, p. 98.
- 4) Paul Hirst/Grahame Thompson: *Globalization in Question*, Cambridge: Polity Press, 1996. Cf. também Jörg Lau: “Welt ohne Drüben. Globalisierung als Metaphor”, in *Merkur* 9/10, set./out. de 1997, p. 880.
- 5) Cf. André-Noël Roth: “O Direito em Crise: Fim do Estado Moderno?”, in: José Eduardo Faria (org.): *Direito e Globalização Econômica: Implicações e Perspectivas*. São Paulo: Malheiros Editores, 1996, p. 15-27; Yves Dezalay e David M. Trubek: “A Reestruturação Global e o Direito”, in: loc. cit., p.

- 29-80; Klaus F. Röhl com a colaboração de Stefan Magen: "Die Rolle des Rechts im Prozess der Globalisierung", in: *Zeitschrift für Rechtssoziologie*, 17 (1996) p. 1-57.
- 6) Cf. Hermann Lübbe: "Globalisierung. Zur Theorie der zivilisatorischen Evolution", in: R. Biskup (org.): *Globalisierung und Wettbewerb* (cf. A. 1), p. 46ss. e 50ss.
- 7) Lester C. Thurow: *The Future of Capitalism. How Today's Economic Forces Shape Tomorrow's World*, New York: Morrow, 1996.
- 8) Foi R. Reich, ex-ministro dos assuntos sociais do governo de Clinton, que, com base nas novas tendências do capitalismo norte-americano, analisou este fenômeno: Robert R. Reich: *The Work of Nations*, New York: Alfred A. Knopf, 1991.
- 9) Cf. Hermann Lübbe: "Globalisierung. Zur Theorie der zivilisatorischen Entwicklung" (cf. A. 6), p. 60 ss.
- 10) Ulrich Beck: *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*, Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1986; U. Beck: *Politik in der Risikogesellschaft*, Frankfurt a. M. Suhrkamp, 1991; U. Beck: *Weltrisikogesellschaft, Weltöffentlichkeit und globale Subpolitik*, Wien: Picus Verlag, 1997.
- 11) Ulrich Beck: *Gegengifte. Die organisierte Unverantwortlichkeit*, Frankfurt a. M.: Suhrkamp 1988.
- 12) Este tipo de ética foi elaborado de maneira sistemática por John Leslie Mackie no seu livro: *Ethics. Inventing Right and Wrong*. Harmondsworth. Pinguin Books 1977. O subtítulo do livro indica o projeto: segundo Mackie, os princípios e valores éticos não são objetos do conhecimento, mas sim da invenção, e isto implica que não são objetivamente válidos; pelo contrário, sua validade depende da subjetividade do homem inventivo.
- 13) Este parágrafo é inspirado por idéias que Karl Homann desenvolveu em: Karl Homann/Franz Blome-Dress: *Wirtschafts- und Unternehmensethik*, Göttingen 1992; Karl Homann/Christian Kirchner: "Ordnungsethik", in *Jahrbuch für Neue Politische Ökonomie* 14 (1995), p. 189-211; Karl Homann: "Individualisierung: Verfall der Moral? Zum ökonomischen Fundament allen Moral" in: *Aus Politik und Zeitgeschichte* B 21/97, 16 de maio de 1997, p. 13-21.
- 14) Este capítulo foi elaborado somente em abril de 1998 (portanto, não foi apresentado no congresso em Ribeirão Preto).
- 15) Dados estatísticos obtidos no artigo "Der Krieg der Kinder", in: *Der Spiegel* nº 15, 06.04.1998, p. 126-137.
- 16) Cf. *Der Spiegel*, loc. cit., p. 136.
- 17) Um estilo de educação incoerente, que é relativamente freqüente em famílias marginalizadas e caóticas, tem como conseqüência que as crianças ficam incapazes de perceber uma conexão entre o seu comportamento e a reação dos seus pais, de modo que elas se encontram numa situação de desamparo: o que quer que elas façam parece inútil.
- 18) Cf. *Der Spiegel*, loc. cit., p. 134.